DF - Brasília

URBANISMO

Removidos do calçadão da Rodoviária, ambulantes ocuparam o estacionamento em frente ao Conjunto Nacional. Eles poderão ficar lá até a construção do shopping popular

Camelôs no lugar dos carros

MÁRIO COELHO
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Adauto Cruz/CB/16.9.05

BARRACAS MONTADAS AO LADO DA RODOVIÁRIA: CAMELÔS VENDEM PRODUTOS ORIGINAIS E FALSIFICADOS

> **"A VIDA DA CIDADE NÃO PODE SER PREJUDICADA PELA ATUAÇÃO DOS AMBULANTES. SE NÃO TIVERMOS O MÍNIMO DE ORDEM, VIRA BAGUNÇA"**
>
> *Clayton Aguiar, administrador regional de Brasília*

A área que já era ocupada por vendedores de vale-transporte e vans piratas está ainda mais apertada. Quase não existe mais espaço para os carros. Removidos no início de agosto do calçadão da plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto, para melhorar o trânsito de pedestres, os ambulantes tomaram conta do estacionamento entre o Conjunto Nacional e o Teatro Nacional. São mais de 200 camelôs, que oferecem de roupas a capas de celulares, passando por óculos, DVDs e CDs piratas.

Na última quarta-feira, os ambulantes se reuniram com o administrador regional de Brasília, Clayton Aguiar. Ficou decidido que eles poderão ocupar a calçada do estacionamento até a construção do shopping popular, ao lado da Rodoferroviária, prevista para ficar pronta no primeiro semestre do ano que vem. "A vida da cidade não pode ser prejudicada pela atuação dos ambulantes. Se não tivermos o mínimo de ordem, vira bagunça", afirmou o administrador.

De acordo com Clayton Aguiar, os vendedores que não cumprirem o que foi acertado na reunião correm o risco de perder o direito de ficar no local. "Eles devem se organizar e permanecer nos locais originais, sob pena de serem retirados definitivamente", afirmou. Segundo o subsecretário de Fiscalização e Atividades Urbanas, José da Luz, 125 ambulantes poderão ocupar as calçadas. Eles estão amparados pela Lei 707, de autoria do distrital José Edmar (Prona) e aprovada na Câmara Legislativa em março, que prevê a permanência dos vendedores até a conclusão das obras do shopping. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) move uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a norma. Os promotores argumentam que a administração do bem público é de responsabilidade do Executivo.

Bagunça

A presença dos camelôs, no entanto, é criticada por quem passa pelo local. É o caso do motociclista Itamar das Neves Sampaio, 25 anos. "Além da gente ter que tomar cuidado com os carros, agora tem que se preocupar com os ambulantes que invadiram a calçada, o estacionamento e parte da rua", reclamou.

Os vendedores reclamam da indefinição. "A gente fica um, dois meses e sai, fica rodando. É sempre nesse vai-vém", afirma o camelô Marcos Santos, 24 anos, que há dois vende capas de celulares na plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto. Por causa da fiscalização, ele diz que sempre tem que procurar um novo ponto para trabalhar. "Já trabalhei no calçadão, agora estou aqui." Com a maior circulação de pessoas no calçadão, Marcos tinha um lucro maior. "Agora tem dia que vende bem, mas em compensação pode ocorrer de não vender nada", completou.

Quem não reclama da fiscalização é a vendedora Maria de Fátima da Silva. Ela vende roupas femininas, que custam entre R$ 10 e R$ 20, há três meses no local. Maria também não se importa em ficar na calçada e dividir espaço com os carros, que passam a menos de um metro da barraca. "A fiscalização só mexe com o pessoal dos DVDs piratas e dos óculos", afirmou.

No calçadão entre o Conjunto Nacional e o Setor de Diversões Sul, 40 fiscais se revezam para garantir que os ambulantes não voltem a montar barracas.